

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	44
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>175.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	4.089.375	4.071.649
1.01	Ativo Circulante	600.559	523.107
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	105.084	10.732
1.01.02	Aplicações Financeiras	99.851	178.386
1.01.03	Contas a Receber	128.736	128.933
1.01.03.01	Clientes	128.736	128.933
1.01.03.01.01	Contas a Receber	127.396	127.648
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1.340	1.285
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.863	9.467
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.323	5.785
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	261.702	189.804
1.01.08.03	Outros	261.702	189.804
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	99.370	86.085
1.01.08.03.03	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	159.860	103.428
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	2.124	0
1.01.08.03.05	Outros Créditos	348	291
1.02	Ativo Não Circulante	3.488.816	3.548.542
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.357.773	1.375.166
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	805	858
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.510	1.388
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.355.458	1.372.920
1.02.01.10.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	100.041	97.100
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	1.117	20
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	1.252.232	1.273.740
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e Outros	2.068	2.060
1.02.03	Imobilizado	67.711	73.954
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	55.792	63.248
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	11.919	10.706
1.02.04	Intangível	2.063.332	2.099.422
1.02.04.01	Intangíveis	2.063.332	2.099.422

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	4.089.375	4.071.649
2.01	Passivo Circulante	841.018	1.029.597
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.333	15.808
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.852	2.147
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.481	13.661
2.01.02	Fornecedores	28.346	25.683
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.230	25.564
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	116	119
2.01.03	Obrigações Fiscais	93.045	123.746
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	83.960	113.257
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	75.573	100.294
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	8.387	12.963
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.085	10.489
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	9.085	10.489
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	675.649	806.435
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	167.294
2.01.04.02	Debêntures	675.649	639.141
2.01.05	Outras Obrigações	27.922	53.143
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.171	14.314
2.01.05.02	Outros	18.751	38.829
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	2.641	2.817
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	13.532	19.576
2.01.05.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	2.578	16.436
2.01.06	Provisões	1.723	4.782
2.01.06.02	Outras Provisões	1.723	4.782
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	1.723	4.782
2.02	Passivo Não Circulante	2.616.748	2.557.216
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.127.739	2.082.193
2.02.01.02	Debêntures	2.127.739	2.082.193
2.02.02	Outras Obrigações	280.168	280.800
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	270.522	270.522
2.02.02.02	Outros	9.646	10.278
2.02.02.02.05	Outras obrigações	9.646	10.278
2.02.03	Tributos Diferidos	163.610	164.287
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	163.610	164.287
2.02.04	Provisões	45.231	29.936
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.231	29.936
2.03	Patrimônio Líquido	631.609	484.836
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	49.361	238.086
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	11	188.736
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	335.498	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	488.732	1.014.308	522.465	1.023.875
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-167.616	-333.828	-176.742	-344.758
3.02.01	Custo de Construção	-15.048	-43.455	-34.758	-66.087
3.02.02	Provisão de Manutenção	-210	-431	-4.033	-7.672
3.02.03	Depreciação e Amortização	-50.080	-93.884	-45.222	-86.920
3.02.04	Custo de Outorga	-47.723	-95.775	-47.785	-95.281
3.02.05	Serviços	-26.677	-45.279	-18.395	-37.259
3.02.06	Custo com Pessoal	-20.276	-38.103	-17.695	-34.633
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-4.455	-10.108	-4.679	-9.080
3.02.08	Outros	-3.147	-6.793	-4.175	-7.826
3.03	Resultado Bruto	321.116	680.480	345.723	679.117
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-32.389	-70.615	-32.308	-58.019
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.156	-72.183	-29.860	-56.112
3.04.02.01	Serviços	-14.828	-29.526	-15.870	-29.573
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-6.973	-12.639	-7.928	-12.947
3.04.02.03	Materiais, Equipamentos e Veículos	-191	-410	-196	-369
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-1.179	-2.355	-1.167	-2.349
3.04.02.05	Campanhas Publicitárias e Eventos, Feiras e Informativos	-3.087	-4.930	-258	-1.454
3.04.02.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-3.155	-15.293	-44	-1.591
3.04.02.07	Lei Rouanet, Incentivos Audiovisuais, Esportivos e Outros	-1.573	-2.798	-1.469	-2.719
3.04.02.08	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-262	-511	-266	-461
3.04.02.09	Contribuições a Sindicatos e Associações de Classe	-504	-993	-739	-1.253
3.04.02.10	Gastos com Viagens e Estadias	-2	-5	-15	-24
3.04.02.11	Outros	-1.402	-2.723	-1.908	-3.372
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	914	1.756	857	1.525
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-147	-188	-3.305	-3.432
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	288.727	609.865	313.415	621.098
3.06	Resultado Financeiro	-50.084	-103.322	-66.950	-148.964

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	238.643	506.543	246.465	472.134
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-80.067	-171.045	-83.769	-160.024
3.08.01	Corrente	-78.117	-171.722	-67.005	-142.791
3.08.02	Diferido	-1.950	677	-16.764	-17.233
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	158.576	335.498	162.696	312.110
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	158.576	335.498	162.696	312.110
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,90615	1,91713	0,92969	1,78349
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,90615	1,91713	0,92969	1,78349

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	158.576	335.498	162.696	312.110
4.03	Resultado Abrangente do Período	158.576	335.498	162.696	312.110

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 30/06/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	485.199	417.028
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	584.938	597.961
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	335.498	312.110
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-677	17.233
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	28.171	2.292
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	96.239	89.269
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado	191	3.533
6.01.01.06	Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamento	8.180	1.280
6.01.01.07	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	118.664	130.630
6.01.01.09	Juros e variação monetária sobre Mútuo com Partes Relacionadas	9.033	16.028
6.01.01.11	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	-81	-444
6.01.01.12	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	17.810	5.656
6.01.01.13	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	431	7.672
6.01.01.14	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	138	1.697
6.01.01.15	Capitalização de Custo de Empréstimos	-5.205	-6.135
6.01.01.16	Resultado de Operações com Derivativos	-23.460	17.143
6.01.01.17	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	6	-3
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-99.739	-180.933
6.01.02.01	Contas a Receber com Clientes	333	468
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-177	-409
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	6.507	976
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outras	2.450	2.804
6.01.02.05	Despesas Antecipadas e Outorga Fixa	-63.095	-92.200
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	-2.124	-395
6.01.02.07	Fornecedores	2.657	-9.558
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	-1.119	-3.257
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-1.475	-393
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão para Impostos	158.038	138.045
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-188.739	-166.000
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	-176	-57
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	-3.628	-45.538
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-6.676	-1.353
6.01.02.15	Pagamento para Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-2.515	-4.066
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	25.906	-64.213
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-5.596	-5.144
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-47.033	-59.069
6.02.10	Aplicações Financeiras	78.535	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-416.753	-496.870
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Custo de Transação	-83	0
6.03.02	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Principal	-173.336	-248.940



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
6.03.03	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Juros	-35.164	-55.880
6.03.05	Liquidação de Operações com Derivativos	-10.125	-41.003
6.03.07	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-188.725	-134.750
6.03.08	Cessão Onerosa - Pagamento de Juros	-9.320	-16.297
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	94.352	-144.055
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.732	252.493
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	105.084	108.438

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	238.086	0	0	484.836
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	238.086	0	0	484.836
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-188.725	0	0	-188.725
5.04.06	Dividendos	0	0	-188.725	0	0	-188.725
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	335.498	0	335.498
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	335.498	0	335.498
5.07	Saldos Finais	246.750	0	49.361	335.498	0	631.609

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	240.634	0	0	487.384
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	240.634	0	0	487.384
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-134.750	0	0	-134.750
5.04.06	Dividendos	0	0	-134.750	0	0	-134.750
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	312.110	0	312.110
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	312.110	0	312.110
5.07	Saldos Finais	246.750	0	105.884	312.110	0	664.744

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
7.01	Receitas	1.104.664	1.109.661
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.099.050	1.103.121
7.01.02	Outras Receitas	5.205	6.135
7.01.02.01	Juros capitalizados	5.205	6.135
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	409	405
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-161.711	-169.944
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-59.508	-52.131
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-58.317	-44.054
7.02.04	Outros	-43.886	-73.759
7.02.04.01	Custo de construção	-43.455	-66.087
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-431	-7.672
7.03	Valor Adicionado Bruto	942.953	939.717
7.04	Retenções	-96.239	-89.269
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-96.239	-89.269
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	846.714	850.448
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	67.095	236.002
7.06.02	Receitas Financeiras	67.095	236.002
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	913.809	1.086.450
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	913.809	1.086.450
7.08.01	Pessoal	45.136	42.828
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.397	30.438
7.08.01.02	Benefícios	11.479	10.449
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.502	1.353
7.08.01.04	Outros	758	588
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	261.877	244.981
7.08.02.01	Federais	208.804	192.776
7.08.02.02	Estaduais	219	205
7.08.02.03	Municipais	52.854	52.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	271.298	486.531
7.08.03.01	Juros	174.754	390.455
7.08.03.02	Aluguéis	769	795
7.08.03.03	Outras	95.775	95.281
7.08.03.03.01	Outorga	95.775	95.281
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	335.498	312.110
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	335.498	312.110

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

**Abril a Junho/2018**

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2T17.

#### 1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 473,7 milhões (-2,9%);
- O EBIT atingiu R\$ 288,8 milhões (-7,9%) e a margem EBIT 59,1% (-0,9 p.p.);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 367,3 milhões (0,6%) e a margem EBITDA ajustada 77,5% (2,7 p.p.);
- O lucro líquido atingiu R\$ 158,6 milhões (-2,5%);

<b>Indicadores (R\$ MM)</b>	<b>2T18</b>	<b>2T17</b>	<b>Var.%</b>
Receita Líquida Operacional*	473,7	487,7	-2,9%
EBIT	288,8	313,5	-7,9%
Margem EBIT Ajustada	61,0%	64,3%	-3,3 p.p.
EBITDA (ajustado)	367,3	365,0	0,6%
Margem EBITDA (ajustada)	77,5%	74,8%	2,7 p.p.
Lucro Líquido	158,6	162,7	-2,5%

\*Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos.

#### 1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq<sup>1</sup>)

<b>Em unid. (Veq<sup>1</sup>)</b>	<b>2T18</b>	<b>2T17</b>	<b>Var.%</b>
Veículos de Passeio (Eq)	28.793.840	30.532.113	-5,7%
Veículos Comerciais (Eq)	33.619.474	34.978.366	-3,9%
Veículos Equivalentes	62.413.314	65.510.479	-4,7%

(Veq<sup>1</sup>) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

## Comentário do Desempenho

### Tráfego consolidado (-4,7%)

O tráfego consolidado apresentou uma queda de 4,7% sobre o mesmo período do ano anterior, substancialmente devido ao efeito da greve dos caminhoneiros no mês de maio/2018 e interrupção da cobrança de pedágio para eixo suspenso.

Em 27 de maio de 2018, foi publicada a MP nº 833 que prevê a isenção da cobrança de eixos suspensos dos caminhões vazios. Esta foi uma das reivindicações realizadas pelos caminhoneiros durante a greve ocorrida no mesmo mês.

Como consequência, a partir de 31 de maio a Companhia passou a isentar os eixos suspensos em suas praças de pedágio.

Nas concessões do Estado de São Paulo, a Resolução SLT Nº 4, de 30 de maio de 2018, revogou a Resolução SLT Nº 4, de 22 de julho de 2013, que autorizava a cobrança de eixos suspensos no Estado.

### Veículos de passeio (-5,7%)

A categoria apresentou uma queda de 5,7% no 2T18 em comparação ao mesmo período do ano anterior, substancialmente devido ao efeito da greve dos caminhoneiros no mês de maio/2018.

### Veículos comerciais (-3,9%)

A categoria apresentou uma queda de 3,9% no 2T18 em comparação ao mesmo período do ano anterior, substancialmente devido ao efeito da greve dos caminhoneiros no mês de maio/2018 e interrupção da cobrança de pedágio para eixo suspenso.

## 1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

## 1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

<b>Receita Bruta Operacional (R\$ mil)</b>	<b>2T18</b>	<b>2T17</b>	<b>Var.%</b>
Receita de Pedágio	506.819	521.245	-2,8%
Receita Partes Relacionadas	764	762	0,3%
Receitas Acessórias	9.590	6.049	58,5%
<b>Receita Bruta Operacional Total</b>	<b>517.173</b>	<b>528.056</b>	<b>-2,1%</b>

<b>Receita Bruta de Construção (R\$ mil)</b>	<b>2T18</b>	<b>2T17</b>	<b>Var.%</b>
<b>Total</b>	<b>15.048</b>	<b>34.758</b>	<b>-56,7%</b>

## Comentário do Desempenho

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR AutoBAN, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

No 2T18 os principais investimentos realizados pela companhia foram as implantações: do Complexo Jundiá, da alça de retorno no KM 38+250, na Rodovia Anhanguera e da nova sinalização horizontal pistas mistas e AVI nos KMs 117 e 39 da Rodovia Anhanguera e KM 77 da Rodovia Bandeirantes.

### Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 2T18 (conforme demonstrado no quadro 1.1) é 2,9% menor do que o mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é foi de 7,65% sobre a receita operacional bruta até abril/18 e 8,65% a partir de maio/18 por conta do fim da compensação do aumento de 1% da Cofins com a outorga (TAM nº 16/06), totalizaram o valor de R\$ 43,5 milhões.

### Custos e despesas totais

<b>Custos (R\$ mil)</b>	<b>2T18</b>	<b>2T17</b>	<b>Var.%</b>
Custo de Construção	15.048	34.758	-56,7%
Provisão de Manutenção	210	4.033	-94,8%
Depreciação e Amortização	51.259	46.389	10,5%
Custo da Outorga	47.723	47.783	-0,1%
Serviços de Terceiros	41.505	34.265	21,1%
Pessoal	27.249	25.623	6,3%
Materiais, Equipamentos e Veículos	4.646	4.875	-4,7%
Outros	12.365	11.324	9,2%
<b>Custos Totais</b>	<b>200.005</b>	<b>209.050</b>	<b>-4,3%</b>

**Custo de construção:** O custo de construção sofreu uma redução de 56,7% no 2T18 comparado ao 2T17. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período, principalmente pela finalização da implantação do Complexo Jundiá.

**Provisão de manutenção:** A provisão de manutenção sofreu uma redução 94,8% no 2T18, devido ao fim das manutenções programadas estabelecidas no contrato de concessão.

**Depreciação e amortização:** O aumento das despesas no 2T18, em comparação ao 2T17 se deve ao início da depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 3T17 e o 2T18.

**Custo da outorga:** Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2017.

**Serviços de Terceiros:** Os valores do 2T18 estão 21,1% maiores do que no 2T17, principalmente ao aumento nos custos de conservação de rotina, devido ao fim da compensação da outorga fixa para

## Comentário do Desempenho

reequilibrar os custos de conservação de rotina do trecho incorporado da Marginal Tietê (TAM nº24/11).

**Pessoal:** Os valores do 2T18 estão 6,3% superiores ao 2T17 substancialmente devido a complementação da provisão participação nos lucros, dissídio e reajuste retroativo da assistência médica.

**Materiais, Equipamentos e Veículos:** Os valores do 2T18 estão 4,7% menores em relação ao 2T17 substancialmente devido à redução na compra de materiais para manutenção e conservação.

**Outros:** Os valores do 2T18 estão 9,2% maiores do que no 2T17, devido principalmente ao complemento de provisões para contingências jurídicas.

### EBITDA

<b>Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)</b>	<b>2T18</b>	<b>2T17</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	158,6	162,7	-2,5%
(+) IR/CS	80,1	83,8	-4,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	50,1	67,0	-25,2%
(+) Depreciação e Amortização	51,3	46,4	10,6%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>340,1</b>	<b>359,9</b>	<b>-5,5%</b>
<b>Margem EBITDA (a)</b>	<b>69,6%</b>	<b>68,9%</b>	<b>0,7 p.p.</b>
(+) Despesas antecipadas (b)	27,0	1,1	2354,5%
(+) Provisão de Manutenção (c)	0,2	4,0	-95,0%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>367,3</b>	<b>365,0</b>	<b>0,6%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (d)</b>	<b>77,5%</b>	<b>74,8%</b>	<b>2,7 p.p.</b>

### EBIT

<b>Reconciliação EBIT (R\$ MM)</b>	<b>2T18</b>	<b>2T17</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	158,6	162,7	-2,5%
(+) IR/CS	80,1	83,8	-4,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	50,1	67,0	-25,2%
<b>EBIT (a)</b>	<b>288,8</b>	<b>313,5</b>	<b>-7,9%</b>
<b>Margem EBIT (a)</b>	<b>59,1%</b>	<b>60,0%</b>	<b>-0,9 p.p.</b>
<b>Margem EBIT Ajustada (e)</b>	<b>61,0%</b>	<b>64,3%</b>	<b>-3,3 p.p.</b>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.

(e) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.



## Comentário do Desempenho

### Resultado financeiro líquido

<b>Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)</b>	<b>2T18</b>	<b>2T17</b>	<b>Var.%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>83,2</b>	<b>76,7</b>	<b>8,5%</b>
Juros e variações monetárias	56,4	57,7	-2,3%
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	7,1	9,0	-21,1%
Juros e variações monetárias sobre mútuos	4,5	7,2	-37,5%
Perda com operações de derivativos	11,5	1,7	576,5%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	0,0	0,6	-100,0%
Capitalização de custos dos empréstimos	-1,2	-3,1	-61,3%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	4,0	2,7	48,1%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	0,9	0,9	0,0%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>-33,1</b>	<b>-9,8</b>	<b>237,8%</b>
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-0,3	0,0	0,0%
Ganho com operações de derivativos	-25,9	-4,2	516,7%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	-4,6	-0,8	475,0%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-1,9	-4,2	-53,7%
Juros e outras receitas financeiras	-0,4	-0,6	-0,3
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>50,1</b>	<b>66,9</b>	<b>-25,1%</b>

O Resultado Financeiro Líquido no 2T18 variou -25,1% comparado com o 2T17, principalmente pela variação dos indexadores das dívidas, da liquidação antecipada da 4ª emissão de notas promissórias, a 5ª emissão de notas promissórias, liquidação da operação 4131 e amortização de parte do endividamento.

### 2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes (un)</b>	<b>2T18</b>	<b>2T17</b>	<b>Var.%</b>
Total de acidentes	1.258	1.654	-24,0%
Total de vítimas	825	1.037	-20,0%

## **Comentário do Desempenho**

### **4. Considerações finais**

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

**A Diretoria.**

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2018

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 18 de abril de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
  - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira.
  - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124.
  - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira.
  - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira.
  - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba.
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21.
  - Recuperação do trevo do km 62.
  
- Na Rodovia dos Bandeirantes:
  - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira.
  - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas.
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

## Notas Explicativas

### Processo de investigação

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado, divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a Companhia divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente serão submetidas ao Conselho de Administração, que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Em 3 de maio de 2018, a Companhia recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação seria o dia 14 de maio de 2018. Porém, no curso desta solicitação, foram requeridos novos esclarecimentos, tornando o prazo acima prejudicado. Em seguida, antes de cumpridas as referidas solicitações, o Ministério Público do Estado de São Paulo decretou o sigilo do procedimento.

Em 20 de maio de 2018, foi veiculada matéria sob título “*MP aponta caixa 2 da CCR para a campanha de Alckmin*”. Conforme comunicado ao mercado, datado de 24 de maio de 2018, a Companhia, respondendo à Ofício da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, esclareceu que em 28 de fevereiro de 2018, tão logo tomou conhecimento de reportagens publicadas na imprensa acerca de suposta prática de atos ilícitos envolvendo a Companhia, foi constituído Comitê Independente para conduzir investigações relacionadas aos eventos citados nas reportagens e conexos.

A Companhia e sua controladora estão sujeitas à Lei 12.846/13 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, poderão ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia e suas investidas. Entretanto, no momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventual provisão para contingências sobre este assunto nestas informações trimestrais.

As investigações conduzidas pelo Comitê Independente ainda estão em andamento e, portanto, não é possível determinar se, ao final dos trabalhos, serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia.

Com base nos elementos que possui até o momento, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações financeiras trimestrais e concluiu que os fatos veiculados, se ocorreram, não trariam efeitos materiais às mesmas.

## Notas Explicativas

### Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

#### i. Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo nº 053.02.022800-0), ajuizada em 28 de agosto de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) contra a AutoBAN e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAN, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAN foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a AutoBAN apresentou recursos aos tribunais superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. Em primeira instância, a AutoBAN apresentou contestação em 10 julho de 2014. Em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação. Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação, que aguarda julgamento.

#### ii. Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela AutoBAN, solicitação da ARTESP para apresentação de defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a AutoBAN foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAN apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a AutoBAN pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A AutoBAN ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da AutoBAN. Contra essa sentença, a AutoBAN apresentou embargos de declaração que foram rejeitados. A AutoBAN apresentou recurso de apelação em 05 de outubro de 2015. Em 15 de março de 2016, foi proferido despacho (i) recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, (ii) abrindo vistas ao Estado e à ARTESP para apresentar contrarrazões e (iii) determinando o encaminhamento dos autos ao TJSP após o cumprimento das duas providências anteriores. O recurso de apelação seria julgado em 06 de fevereiro de 2017, porém, em 31 de janeiro

## Notas Explicativas

de 2017, a AutoBAN apresentou pedido de tutela de urgência ao STJ para suspender o julgamento de tal recurso de apelação até que se decidisse a questão sobre provas pelos tribunais superiores. Em 03 de fevereiro de 2017, o STJ deferiu parcialmente o pedido liminar, determinando a suspensão do julgamento da apelação da AutoBAN. Em 06 de fevereiro de 2017, a 5ª Câmara de Direito Público do TJSP acatou tal decisão proferida pelo STJ e não julgou o mérito. Por outro lado, na mesma ocasião, a 5ª Câmara declinou de sua competência para julgar a apelação da AutoBAN, determinando a remessa do recurso à 3ª Câmara de Direito Público do TJSP. Contra essa decisão, a AutoBAN e o Estado de São Paulo apresentaram embargos de declaração requerendo o reconhecimento da competência da 5ª Câmara para processar e julgar o recurso de apelação.

Os embargos de declaração apresentados pelas partes foram rejeitados em 30 de maio de 2017. Em 06 de junho de 2017, a AutoBAN apresentou incidente de dúvida de competência perante a Turma Especial de Direito Público do TJSP, que foram julgados em 15 de setembro de 2017, tendo sido reconhecida a competência da 5ª Câmara de Direito Público para julgar o mérito da apelação da AutoBAN.

No STJ, em 27 de fevereiro de 2018, iniciou-se o julgamento colegiado do pedido de tutela provisória e do recurso que trata da necessidade da realização de prova pericial. O relator votou no sentido de dar provimento parcial ao recurso da AutoBAN para fins de declarar a nulidade da sentença de primeira instância. Por essa razão, entendeu que o pedido de tutela provisória restaria prejudicado. O julgamento foi, então, suspenso em razão de pedido de vista, situação essa que permanece a mesma até a presente data.

A AutoBAN propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019925-66.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 08 de outubro de 2014 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a AutoBAN interpôs recurso de apelação, que teve o seu provimento negado em acórdão publicado em 31 de maio de 2016. Ambas as partes interuseram recursos às instâncias superiores. Os recursos especial e extraordinário interpostos pela AutoBAN foram inadmitidos e, em 06 de abril de 2017, a AutoBAN interpôs agravos contra a inadmissão do recurso especial e do recurso extraordinário, que aguardam julgamento.

## 2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Controladora e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), para o Consolidado, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 - Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

## Notas Explicativas

Em 09 de agosto de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

### 3. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos Pronunciamentos CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

#### CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contratos com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, (substituindo as normas anteriores que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente). Em resumo, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para a contabilização de receitas, de tal forma que é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a entidade espera ter o direito em troca da transferência de controle dos bens e/ou serviços para um cliente.

O CPC 47/ IFRS 15 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

#### CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

##### *i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48 / IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas receber	a Empréstimos recebíveis e	Custo amortizado	127.648	127.648
Contas receber - partes relacionadas	a Empréstimos recebíveis e	Custo amortizado	2.673	2.673

##### *ii. Impairment de ativos financeiros*

## Notas Explicativas

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar – operações com derivativos e alguns empréstimos e financiamentos e debêntures. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 240.459 (R\$ 506.490 em 31 de dezembro de 2017), substancialmente composto por debêntures, detalhados na nota explicativa nº 14. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	11.280	10.732
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	93.804	-
	<u>105.084</u>	<u>10.732</u>
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	99.851	178.386
	<u>99.851</u>	<u>178.386</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,58% do CDI, equivalente a 6,45% ao ano (99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

### 7. Contas a receber



**Notas Explicativas**

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	1.832	1.705
Pedágio eletrônico (b)	<u>125.661</u>	<u>126.121</u>
	127.493	127.826
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(97)</u>	<u>(178)</u>
	<u><u>127.396</u></u>	<u><u>127.648</u></u>

**Idade de vencimentos dos títulos**

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos a vencer	127.114	127.460
Créditos vencidos até 60 dias	252	151
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	30	37
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	73	119
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>24</u>	<u>59</u>
	<u><u>127.493</u></u>	<u><u>127.826</u></u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada para a Companhia.

**8. Imposto de renda e contribuição social****a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

## Notas Explicativas

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017 (Reclassificado) (*)	01/01/2017 a 30/06/2017 (Reclassificado) (*)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	238.643	506.543	246.465	472.134
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(81.139)	(172.225)	(83.798)	(160.526)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(467)	(611)	(345)	(648)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(277)	(355)	(480)	(551)
Incentivo relativo ao imposto de renda	1.431	1.758	994	1.841
Outros ajustes tributários	385	388	(140)	(140)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(80.067)	(171.045)	(83.769)	(160.024)
Impostos correntes	(78.117)	(171.722)	(67.005)	(142.791)
Impostos diferidos	(1.950)	677	(16.764)	(17.233)
	(80.067)	(171.045)	(83.769)	(160.024)
Alíquota efetiva de impostos	33,55%	33,77%	33,99%	33,89%

(\*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

## b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2017	Reconhecido no resultado	30/06/2018		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.642	(753)	889	889	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	183	(139)	44	44	-
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	10.179	5.199	15.378	15.378	-
Variação cambial	(4.197)	4.197	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	(47.383)	(11.471)	(58.854)	-	(58.854)
Constituição da provisão de manutenção	1.628	(1.042)	586	586	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(126.642)	4.684	(121.958)	182.619	(304.577)
Provisão para perda de investimentos	297	-	297	297	-
Provisão para fornecedores	6	(6)	-	-	-
Outros	-	8	8	8	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(164.287)	677	(163.610)	199.821	(363.431)
Compensação de imposto	-	-	-	(199.821)	199.821
Imposto líquido ativo (passivo)	(164.287)	677	(163.610)	-	(163.610)

	31/12/2016	Reconhecido no resultado	30/06/2017		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.548	(727)	821	821	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	277	(136)	141	141	-
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	10.557	541	11.098	11.098	-
Variação cambial	(4.628)	429	(4.199)	-	(4.199)
Resultado de operações com derivativos	(38.449)	(9.869)	(48.318)	-	(48.318)
Constituição da provisão de manutenção	17.716	(12.296)	5.420	5.420	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(132.706)	5.045	(127.661)	177.742	(305.403)
Provisão para perda de investimentos	297	-	297	297	-
Provisão para fornecedores	220	(220)	-	-	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(145.168)	(17.233)	(162.401)	195.519	(357.920)
Compensação de imposto	-	-	-	(195.519)	195.519
Imposto líquido ativo (passivo)	(145.168)	(17.233)	(162.401)	-	(162.401)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

## Notas Explicativas

### 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Circulante	4.585	4.585	155.275	98.843	159.860	103.428
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Não Circulante	35.914	38.206	1.216.318	1.235.534	1.252.232	1.273.740

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e à indenização de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram ativadas e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original das concessões e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

### 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações							
	01/04/2018 a 30/06/2018				01/01/2018 a 30/06/2018			
	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras
<b>Controladora</b>								
CCR	5.350 (a)	-	-	4.461 (c)	10.700 (a)	-	-	9.033 (c)
<b>Outras partes relacionadas</b>								
CPC	10.361 (b)	-	409	-	20.509 (b)	-	817	-
Samm	485 (f)	-	355 (d)	-	485 (f)	-	702 (d)	-
Camargo Correa	-	3.797 (g)	-	-	-	17.006 (g)	-	-
<b>Total</b>	<b>16.196</b>	<b>3.797</b>	<b>764</b>	<b>4.461</b>	<b>31.694</b>	<b>17.006</b>	<b>1.519</b>	<b>9.033</b>

	Transações							
	01/04/2017 a 30/06/2017				01/01/2017 a 30/06/2017			
	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras
<b>Controladora</b>								
CCR	5.248 (a)	-	-	4.716 (c)	10.497 (a)	-	-	4.716 (c)
<b>Outras partes relacionadas</b>								
CPC	10.426 (b)	-	402	-	23.641 (b)	-	799	-
RodoAnel Oeste	-	-	-	2.528 (c)	-	-	-	11.312 (c)
Samm	-	-	361 (d)	-	-	-	715 (d)	-
Camargo Correa	-	19.410 (g)	-	-	-	40.659 (g)	-	-
<b>Total</b>	<b>15.674</b>	<b>19.410</b>	<b>763</b>	<b>7.244</b>	<b>34.138</b>	<b>40.659</b>	<b>1.514</b>	<b>16.028</b>

**Notas Explicativas**

	<b>30/06/2018</b>		
	<b>Saldos</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	
	<b>Contas a receber</b>	<b>Mútuos</b>	<b>Fornecedores e contas a pagar</b>
<b>Controladora</b>			
CCR	6 (a) (e)	273.470 (c)	1.684 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>			
CPC	305 (b) (e)	-	3.211 (b)
MSVia	2 (e)	-	2 (e)
ViaOeste	2 (e)	-	-
Samm	2.511 (d)	-	49 (d)
Metrô Bahia	24 (e)	-	3 (e)
Camargo Correa	-	-	1.274 (g)
Total circulante, 30 de junho de 2018	1.340	2.948	6.223
Total não circulante, 30 de junho de 2018	1.510	270.522	-
Total, 30 de junho de 2018	<u>2.850</u>	<u>273.470</u>	<u>6.223</u>

	<b>31/12/2017</b>		
	<b>Saldos</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	
	<b>Contas a receber</b>	<b>Mútuos</b>	<b>Fornecedores e contas a pagar</b>
<b>Controladora</b>			
CCR	7 (a) (e)	273.757 (c)	1.642 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>			
CPC	280 (b) (e)	-	4.141 (b)
Samm	2.386 (d)	-	-
Metrô Bahia	-	-	1 (e)
MSVia	-	-	19 (e)
Camargo Correa	-	-	5.276 (g)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	1.285	3.235	11.079
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017	1.388	270.522	-
Total, 31 de dezembro de 2017	<u>2.673</u>	<u>273.757</u>	<u>11.079</u>

**Despesas com profissionais chave da administração**

	<b>01/04/2018 a 30/06/2018</b>	<b>01/01/2018 a 30/06/2018</b>	<b>01/04/2017 a 30/06/2017</b>	<b>01/01/2017 a 30/06/2017</b>
Remuneração: (h)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	568	1.163	535	1.122
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	314	628	284	569
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	1.037	1.037	1.636	1.636
Seguro de vida	1	2	1	2
	<u>1.920</u>	<u>2.830</u>	<u>2.456</u>	<u>3.329</u>

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração**

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Remuneração dos administradores (h)	810	1.350

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 06 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.300, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

## Notas Explicativas

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI;
- (d) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (f) Prestação de serviços de transmissão;
- (g) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a implantação de novo sistema viário para acesso ao município de Jundiaí, com vigência de 16 de maio de 2016 a 30 de outubro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a entrada da fatura emitida pelo fornecedor; e
- (h) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

### 11. Ativo Imobilizado

#### Movimentação do custo

	31/12/2017		30/06/2018		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.095	-	(16)	53	3.132
Máquinas e equipamentos	49.498	-	(131)	1.874	51.241
Veículos	20.262	-	(875)	955	20.342
Equipamentos operacionais	149.822	-	(13)	1.277	151.086
Imobilizações em andamento	10.706	6.003	-	(4.790)	11.919
	<u>233.383</u>	<u>6.003</u>	<u>(1.035)</u>	<u>(631)</u>	<u>237.720</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 407 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 799 no semestre findo em 30 de junho de 2017). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2018 foi de 0,45% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,58% a.m. no 1º semestre de 2017.

## Notas Explicativas

### Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2017		30/06/2018		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.943)	(113)	13	(45)	(2.088)
Máquinas e equipamentos	11	(25.456)	(2.899)	103	(89)	(28.341)
Veículos	25	(13.572)	(1.672)	721	-	(14.523)
Equipamentos operacionais	14	(118.458)	(6.740)	7	134	(125.057)
		<u>(159.429)</u>	<u>(11.424)</u>	<u>844</u>	<u>-</u>	<u>(170.009)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

## 12. Intangível

### Movimentação do custo

	31/12/2017		30/06/2018	
	Saldo inicial	Adições	Transferências	
			(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	3.240.395	48.094	7.111	3.295.600
Direitos de uso de sistemas informatizados	14.261	-	631	14.892
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.457	-	-	5.457
	<u>3.260.113</u>	<u>48.094</u>	<u>7.742</u>	<u>3.315.949</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.798 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 5.336 no semestre findo em 30 de junho de 2017). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2018 foi de 0,45% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,58% a.m. no 1º semestre de 2017.

### Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2017		30/06/2018	
		Saldo inicial	Adições	Transferências	
				(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(1.145.065)	(83.915)	(7.111)	(1.236.091)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(10.423)	(820)	-	(11.243)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.203)	(80)	-	(5.283)
		<u>(1.160.691)</u>	<u>(84.815)</u>	<u>(7.111)</u>	<u>(1.252.617)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

## Notas Explicativas

### 13. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Vencimento Final	30/06/2018	31/12/2017
<b>Em moeda estrangeira</b>						
1. Bank of America NA (a)	LIBOR 3M + 2,60% a.a.	N/I	-	Abril de 2018	-	167.294 (b)
<b>Subtotal em moeda estrangeira</b>					-	167.294
<b>Total geral</b>					-	167.294
					<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos					-	167.294
Custos de transação					-	-
					-	167.294

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) Por entender ser informação mais relevante, dada que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20 para maiores detalhes).

1. Em 24 de abril de 2018, ocorreu a liquidação do contrato de empréstimo com o Bank of America NA.

#### Garantias:

(b) Não existem garantias.

### 14. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/06/2018	Vencimento Final	30/06/2018	31/12/2017
5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	5,3598% (a)	9.147	690	Outubro de 2018	617.440	601.993 (e)
5a Emissão - (Notas promissórias)	106,75% do CDI	0,2246% (b)	4.629	3.605	Outubro de 2020	723.005	698.450 (e)
6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	5,7635% (a)	7.650	2.256	Outubro de 2019	482.344	478.918 (e)
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	214.609	210.705 (e)
8a Emissão - Série única	IPCA + 5,4705% a.a.	5,8694% (a)	11.925	9.988	Julho de 2022	765.990	731.268 (e)
<b>Total geral</b>				<b>16.539</b>		<b>2.803.388</b>	<b>2.721.334</b>
						<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures e notas promissórias						681.791	646.155
Custos de transação						(6.142)	(7.014)
						<b>675.649</b>	<b>639.141</b>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures e notas promissórias						2.138.136	2.095.290
Custos de transação						(10.397)	(13.097)
						<b>2.127.739</b>	<b>2.082.193</b>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são

## Notas Explicativas

conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

### Garantias:

- (e) Não existem garantias.

### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2018</u>
2019	672.212
2020	739.315
2021	-
2022	<u>726.609</u>
	<u><u>2.138.136</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

## 15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciários e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2017</u>		<u>30/06/2018</u>			<u>Atualização de bases processuais e monetária</u>	<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo</u>		
<b>Não circulante</b>							
Cíveis	3.472	3.285	(1.286)	(1.209)	240	4.502	
Trabalhistas e previdenciários	2.611	4.270	(247)	(1.306)	108	5.436	
Tributários	<u>23.853</u>	<u>2.207</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.233</u>	<u>35.293</u>	
	<u>29.936</u>	<u>9.762</u>	<u>(1.533)</u>	<u>(2.515)</u>	<u>9.581</u>	<u>45.231</u>	

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.



## Notas Explicativas

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cíveis e administrativo	6.897	8.280
Trabalhistas e previdenciários	4.027	2.499
Tributárias	<u>11.423</u>	<u>3.916</u>
	<u>22.347</u>	<u>14.695</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de junho de 2018 é de R\$ 83.796 (R\$ 80.331 em 31 de dezembro de 2017).

### 16. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2017</u>	<u>30/06/2018</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ reversão de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	4.782	431	138	(3.628)	1.723
	<u>4.782</u>	<u>431</u>	<u>138</u>	<u>(3.628)</u>	<u>1.723</u>

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, são de 13,93% e 7,77%, respectivamente.

### 17. Patrimônio líquido

#### a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/04/2018 a 30/06/2018</u>	<u>01/01/2018 a 30/06/2018</u>	<u>01/04/2017 a 30/06/2017</u>	<u>01/01/2017 a 30/06/2017</u>
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do período	158.576	335.498	162.696	312.110
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,90615</u>	<u>1,91713</u>	<u>0,92969</u>	<u>1,78349</u>

#### b. Dividendos

Em 27 de fevereiro de 2018, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos à conta de Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2017 no montante de R\$ 135.000, correspondente a R\$ 0,771 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 28 de fevereiro de 2018.

Em 28 de março de 2018, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos à conta de Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2017 no montante de R\$ 30.100, correspondente a R\$ 0,172 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 29 de março de 2018.

## Notas Explicativas

Em 26 de abril de 2018, foi aprovado através da Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos à conta de Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2017 no montante de R\$ 12.250, correspondente a R\$ 0,07 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2018.

Em 29 de maio de 2018, foi aprovado através da Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos à conta de Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2017 no montante de R\$ 11.375, correspondente a R\$ 0,0650 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 30 de maio de 2018.

### 18. Receitas

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receitas de pedágio	506.819	1.035.762	521.245	1.023.488
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	15.048	43.455	34.758	66.087
Receitas de partes relacionadas	764	1.519	763	1.514
Receitas acessórias	9.590	18.314	6.048	12.032
<b>Receita bruta</b>	<b>532.221</b>	<b>1.099.050</b>	<b>562.814</b>	<b>1.103.121</b>
Impostos sobre receitas	(42.804)	(84.053)	(40.342)	(79.227)
Abatimentos	(685)	(689)	(7)	(19)
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(43.489)</b>	<b>(84.742)</b>	<b>(40.349)</b>	<b>(79.246)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>488.732</b>	<b>1.014.308</b>	<b>522.465</b>	<b>1.023.875</b>

### 19. Resultado financeiro

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(41.048)	(82.331)	(48.205)	(105.606)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(4.461)	(9.033)	(7.244)	(16.028)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(15.379)	(36.679)	(9.503)	(25.024)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(7.055)	(15.060)	(9.005)	(11.030)
Perda com operações de derivativos	(11.514)	(21.607)	(1.741)	(128.666)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(48)	(138)	(581)	(1.697)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.191	5.205	3.089	6.135
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	(4.004)	(9.093)	(2.664)	(101.215)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(2)	(6)	-	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(919)	(1.675)	(908)	(1.835)
	<b>(83.239)</b>	<b>(170.417)</b>	<b>(76.762)</b>	<b>(384.966)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	6.880	-	9.750
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	346	346	-	-
Ganho com operações de derivativos	25.906	41.566	4.168	133.103
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	4.642	12.594	817	79.635
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.946	5.046	4.180	12.200
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	-	-	3
Juros e outras receitas financeiras	315	663	647	1.311
	<b>33.155</b>	<b>67.095</b>	<b>9.812</b>	<b>236.002</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(50.084)</b>	<b>(103.322)</b>	<b>(66.950)</b>	<b>(148.964)</b>

### 20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

## Notas Explicativas

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

### Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2018			31/12/2017		
	Valor justo através do resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	193.655	-	-	178.386	-	-
Contas a receber	-	127.396	-	-	127.648	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	2.850	-	-	2.673	-
Contas a receber - operações de derivativos	199.411	-	-	183.185	-	-
<b>Passivos</b>						
Empréstimo em moeda estrangeira (a)	-	-	-	(167.294)	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(1.099.784)	-	(1.703.604)	(1.080.911)	-	(1.640.423)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(51.524)	-	-	(55.537)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(6.223)	-	-	(11.079)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(273.470)	-	-	(273.757)
Contas a pagar - operações com derivativos	(2.578)	-	-	(16.436)	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(2.641)	-	-	(2.817)
	<u>(709.296)</u>	<u>130.246</u>	<u>(2.037.462)</u>	<u>(903.070)</u>	<u>130.321</u>	<u>(1.983.613)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- **Aplicações financeiras** – Os saldos em caixas e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que corresponde ao seu valor justo.
- **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores, outras contas a pagar e contas a pagar com partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos** - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Obrigações com o poder concedente** – consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.079.741 em 30 de junho de 2018, conforme detalhado abaixo:

## Notas Explicativas

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
5a Emissão - Série única	IPCA + 4,88% a.a.	88,75% do CDI	606.339
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	94,86% até 98,9% do CDI	473.402
			<b>1.079.741</b>

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/06/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e notas promissórias (a) (b)	1.717.197	1.738.681	1.655.778	1.700.072

(a) Os valores contábeis estão brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados:

	30/06/2018	31/12/2017
<b>Nível 2:</b>		
Aplicações financeiras	193.655	178.386
Derivativos	196.833	166.749
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	-	(167.294)
Debêntures e notas promissórias	(1.099.784)	(1.080.911)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

## Notas Explicativas

### **Instrumentos financeiros derivativos**

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamentos futuros em moeda estrangeira, além de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de swap para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

SWAP	Contraparte dos contratos	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de Referência (Nacional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados				Efeito acumulado		Resultado			
					Moeda local		Moeda local		Moeda local		Moeda local		Moeda local		Moeda local		Moeda local	
					30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Autoban	Itaú	11/06/2015	15/10/2018(2)	IPCA + 4,88% a.a.	514.070	514.070	618.129	615.491	(1.206)	(14.769)	99.288	85.947	-	-	12.115	4.009		
Posição passiva				88,75% do CDI			(518.861)	(517.244)										
Posição passiva	Merrill Lynch	30/08/2017	15/10/2018(2)	88,75% do CDI	257.035	257.035	259.430	258.872	(744)	-	-	-	(1.267)	(1.641)	(370)			
Posição passiva				Pré-67/680%			(260.697)	(260.697)										
Posição passiva	Votorantim	30/08/2017	15/10/2018(2)	88,75% do CDI	257.035	257.035	259.430	258.872	(741)	-	-	-	(1.263)	(1.634)	(370)			
Posição passiva				Pré-67/680%			(260.693)	(260.696)										
Posição passiva	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019(2)	IPCA + 5,43% a.a.	100.000	100.000	129.227	128.527	(60)	(3.016)	28.075	27.236	(13)	-	766	2.116		
Posição passiva				98,90% do CDI			(101.165)	(101.201)										
Posição passiva	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019(2)	IPCA + 5,43% a.a.	100.000	100.000	129.227	128.527	(18)	(2.935)	28.099	27.415	-	-	766	2.100		
Posição passiva				97,65% do CDI			(101.028)	(101.112)										
Posição passiva	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019(2)	IPCA + 5,43% a.a.	50.000	50.000	64.614	64.364	(12)	(1.474)	14.089	13.694	-	-	383	1.052		
Posição passiva				97,88% do CDI			(50.525)	(50.570)										
Posição passiva	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019(2)	IPCA + 5,43% a.a.	130.106	130.106	160.790	159.919	(71)	(3.753)	29.780	28.893	(35)	(9)	790	2.257		
Posição passiva				94,86% do CDI			(131.045)	(131.055)										
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/06/2018</b>					1.408.246	1.408.246	196.833	179.901	(2.852)	(25.947)	199.411	183.185	(2.576)	(3.284)	14.088	11.534		
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017</b>					-	-	-	(13.152)	(7.273)	(15.056)	-	-	-	(13.152)	-	(7.097)		
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTE</b>					-	-	-	-	-	-	99.370	86.085	(2.578)	(16.436)	-	-		
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO CIRCULANTE</b>					-	-	196.833	166.749	(101.125)	(41.003)	100.041	97.100	-	-	19.599	4.437		
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>					-	-	196.833	166.749	(101.125)	(41.003)	199.411	183.185	(2.576)	(16.436)	19.599	4.437		

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é o da tranche vigente.
- (2) O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

## Notas Explicativas

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Riscos cambiais	5.879	(6.032)
Riscos de juros	14.080	10.469
<b>Total</b>	<u>19.959</u>	<u>4.437</u>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras, nas taxas de juros e aplicações financeiras.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros e aplicações financeiras

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(5)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	606.339	(16.350)	(18.265)	(20.167)
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	688.011	(69.188)	(77.149)	(85.110)
Debêntures - 8ª Emissão	Aumento do IPC-A	Julho de 2022	775.978	(78.379)	(87.361)	(96.343)
Notas Promissórias - 5ª Emissão	Aumento do CDI	Outubro de 2020	726.610	(49.058)	(61.348)	(73.648)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(606.339)	16.350	18.265	20.167
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(315.601)	31.738	35.389	39.041
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(157.073)	15.796	17.613	19.431
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	519.934	(8.461)	(10.518)	(12.552)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	253.157	(15.680)	(19.596)	(23.510)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	131.693	(7.872)	(9.836)	(11.797)
Swap CDI x Prefixado (ponta ativa)	Diminuição do CDI	Outubro de 2018	(519.934)	8.461	10.518	12.552
Aplicação financeira (Itaú Aplicaut)	Diminuição do CDI <sup>(4)</sup>		30	-	-	-
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI <sup>(4)</sup>		193.625	12.741	15.930	19.121
<b>Efeito líquido</b>				<u>(159.902)</u>	<u>(186.358)</u>	<u>(212.815)</u>
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos				(172.643)	(202.288)	(231.936)
Efeito sobre as aplicações financeiras				12.741	15.930	19.121
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(159.902)</u>	<u>(186.358)</u>	<u>(212.815)</u>
As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup> :						
	CDI <sup>(2)</sup>			6,39%	7,99%	9,59%
	IPC-A <sup>(3)</sup>			4,39%	5,49%	6,59%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

## Notas Explicativas

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/06/2018, divulgada pela B3/CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/06/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

### 21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

#### a. *Compromissos com o Poder Concedente*

##### **Outorga fixa**

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até abril de 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	<b>Valor nominal</b>		<b>Valor presente</b>	
	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Outorga fixa	-	114.853	-	113.692

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga no início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 114.853, referente a outorga fixa, sendo R\$ 98.844 em caixa e R\$ 16.009 através de encontro de contas financeiros, referente ao direito de outorga fixa (R\$ 169.612 em 30 de junho de 2017, sendo R\$ 146.170 em caixa e R\$ 23.442 através de encontro de contas financeiros).

A Companhia reteve 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

##### **Outorga variável**

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do período, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 16.022 referente ao direito de outorga variável (R\$ 15.635 em 30 de junho de 2017).



## Notas Explicativas

### b. Compromissos relativos às concessões

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Compromisso de investimento	<u>34.154</u>	<u>72.713</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

## 22. Demonstração do fluxo de caixa

a. A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

### b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Empréstimos e Financiamento</u>	<u>Debêntures e notas promissórias</u>	<u>Mútuos com partes relacionadas</u>	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Operações com derivativos</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(167.294)	(2.721.334)	(273.757)	-	166.749	(2.995.636)
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>						
Custos de transação	-	83	-	-	-	83
Pagamentos de principal e juros	176.844	31.656	9.320	-	-	217.820
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	10.125	10.125
Dividendos pagos	-	-	-	188.725	-	188.725
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	176.844	31.739	9.320	188.725	10.125	416.753
<b>Outras variações</b>						
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(10.486)	(116.358)	(9.033)	-	-	(135.877)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	936	2.565	-	-	19.959	23.460
<b>Total das outras variações</b>	(9.550)	(113.793)	(9.033)	-	19.959	(112.417)
Saldo Final	-	<u>(2.803.388)</u>	<u>(273.470)</u>	<u>188.725</u>	<u>196.833</u>	<u>(2.691.300)</u>

\*\*\*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Processo de investigação

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 às informações trimestrais, que descreve que a Companhia, sua Controladora CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do Grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Conforme mencionado na referida nota, sua controladora CCR S.A. criou um Comitê Independente que, em conjunto com seus assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, iniciaram investigação para apuração dos fatos noticiados. A Companhia, em conjunto com sua controladora CCR S.A., e seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas informações trimestrais da Companhia e concluiu que, se houver, não seriam materiais às mesmas. Todavia, as investigações ainda estão em andamento e portanto, não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia, bem como se haverá qualquer efeito da Lei 12.846/2013 em decorrência desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2018.

Jundiaí/SP, 09 de agosto de 2018.

**MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

**ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**

Diretor Operacional

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2018.

Jundiaí/SP, 09 de agosto de 2018.

**MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

**ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**

Diretor Operacional